

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –
CMADS**

(do Sr. Ricardo Tripoli)

REQUERIMENTO N.º , DE 2011.

Requer que seja convocada audiência pública, para que sejam debatidas as fontes de energia no país, e prestados esclarecimentos sobre a utilização de energia nuclear.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocada audiência pública para que sejam debatidas as fontes de energia no país, e prestados esclarecimentos sobre a utilização da energia nuclear.

Outrossim, para serem prestados os devidos esclarecimentos em referida audiência pública, requeiro sejam convocados (1) o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Sr. Odair Gonçalves; (2) o Professor Luiz Pinguelli Rosa, mestre em engenharia nuclear e doutor em física; (3) o Sr. Fabio Feldmann, ex-deputado e consultor ambiental, além dos presidentes da Secretaria Nacional da Defesa Civil e da empresa estatal Eletrobras Furnas.

Justificativa

Diante da recente catástrofe ocorrida nas cidades da costa nordeste do Japão, que foram atingidas pelo terremoto e consequente Tsunami, faz-se necessário debater, além da utilização e pesquisa em energia nuclear, as demais fontes de energia disponíveis e compatíveis com as condições ambientais do país, capacidade de geração de energia frente à demanda e segurança.

O comprometimento da estrutura e armazenamento, danos experimentados pela maior usina nuclear do país, a de Fukushima, acrescidos aos problemas enfrentados pelo Japão (devastação ambiental, perda de vidas humanas e animais, prejuízos materiais e de ordem econômica) o risco de uma tragédia comparável à ocorrida em Chernobyl, na Ucrânia (então parte da União Soviética), há 25 anos.

As consequências desta tragédia já teriam sido muito piores do que as registradas até agora se técnicas de prevenção em desastres, à época consideradas adequadas, não tivessem sido empregadas nessa usina, inaugurada no fim da década de 1960.

O governo japonês tem adotado medidas preventivas e corretivas visando proteger as populações mais sujeitas aos riscos de contaminação e tranquilizar os cidadãos a respeito de potencial catástrofe nuclear. Não há ainda estimativas confiáveis dos prejuízos humanos e materiais que devem alcançar algumas dezenas de bilhões de dólares.

Quaisquer que sejam seus resultados, o acidente de Fukushima, que pode se repetir em outras centrais nucleares pelo mundo provoca dúvidas sobre o nível de segurança das usinas nucleares e estimula o debate sobre a necessidade de sua utilização e, ainda, de tornar mais confiáveis essas centrais, que respondem por 30% da energia elétrica consumida no Japão e que em alguns países da União Européia têm papel ainda mais destacado.

Ressalto que por mais bem preparado que esteja um país e por mais bem treinada que esteja sua população, é limitada a capacidade humana para conter os efeitos dos desastres naturais e nucleares. Preocupado com a retomada das atividades nucleares no Brasil, na 53.^a Legislatura (2007/2010), fui autor de requerimentos de informação (473/2007 – 3762/2009 – 3990/2009 – 4242/2009) endereçados aos Ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente que solicitavam diversos esclarecimentos acerca da retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, no Rio de Janeiro e de seu processo de licenciamento ambiental. Também solicitei detalhes acerca do acidente envolvendo vazamento de urânio na usina nuclear de Angra 2, onde houve circulação de material radioativo.

Em declaração ao jornal o Estado de S. Paulo, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Gonçalves, afirmou que os danos em usinas japonesas podem abalar o programa nuclear brasileiro, retomado no segundo mandato do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, com a decisão de levar adiante as obras de Angra 3.

Subordinada ao Ministério de Minas e Energia, a Empresa de Política Energética informou que, por ora, está mantido o cronograma de construir mais quatro usinas no Brasil, além das três usinas de Angra dos Reis (RJ). As novas usinas devem entrar em operação nos próximos 19 anos. Também estava previsto, segundo veiculado pela imprensa, que a presidente Dilma Rousseff anunciaria investimento em mais usinas nucleares já a partir deste ano.

Inclusive, estudo recente feito pelo próprio governo sobre a oportunidade do país exportar urânio enriquecido para geração de energia elétrica considera um cenário pessimista para o negócio “no caso de algum incidente nuclear que reavivasse a rejeição popular a esse tipo de energia”. E esse cenário foi considerado pouco provável no estudo.

Nas bolsas de valores mundiais, em função do ocorrido, as ações de empresas que exploram fontes de energia, ditas, alternativas, como a eólica e solar, extremamente favoráveis no Brasil, pelas condições ambientais que apresenta – e timidamente exploradas, a exemplo do Parque Eólico de Osório, no estado do Rio Grande do Sul -, experimentaram aumento significativo. O governo brasileiro, todavia, parece ignorar tal fato, retomando a discussão de investimento em usinas hidrelétricas que inundam florestas e dizimam espécies.

Assim, considerando a relevância e amplitude do tema, peço o apoio dos nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de março de 2011.

Ricardo Tripoli

Deputado Federal / PSDB – SP